

 **WEB JORNALISMO**

01

• CÂNDIDO NÓBREGA

DPE se reúne com PMJP para garantir assistência às famílias desalojadas no Muçumagro

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7459/2019/04/01/dpe-se-reune-com-pmjp-para-garantir-assistencia-as-familias-desalojadas-no-mucumagro>

03

• MAIS PB

PB inicia formação de rede de assistência

<http://www.maispb.com.br/361757/pb-inicia-processo-de-formacao-de-rede-de-atencao-a-refugiados-e-migrantes.html>

• MPT PB

Paraíba inicia processo de formação de rede de atenção a refugiados e migrantes

<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/paraiba-inicia-processo-de-formacao-de-rede-de-atencao-a-refugiados-e-migrantes>

• JORNAL BNEWS

Paraíba discute implantação do programa “Justiça Presente”, do CNJ

<https://jornalbnews.com.br/2019/04/paraiba-discute-implantacao-do-programa-justica-presente-do-cnj/>

• PARAÍBA DEBATE

Assembleia Legislativa discute inclusão de alunos autistas nas escolas da Paraíba

<http://paraibadebate.com.br/assembleia-legislativa-discute-inclusao-de-alunos-autistas-nas-escolas-da-paraiba/>

04

• PARAÍBA.COM

Defensor impetra HC para garantir que o preso use vestes próprias diante do júri

<http://www.paraiba.com.br/2019/04/04/80973-defensor-impetra-hc-para-garantir-que-presos-use-vestes-proprias-diante-do-juri>

• MAIS PB

OAB - CG discute parcerias em audiência com TJPB

<https://www.maispb.com.br/362483/oab-cg-discute-parcerias-em-audiencia-com-tjpb.html>

• PB EM DESTAQUE

Defensor impetra HC para garantir que preso use vestes próprias diante do Júri

<http://pbemdestaque.com.br/defensor-impetra-hc-para-garantir-que-presos-use-vestes-proprias-diante-do-juri/>

05

• PARAÍBA ONLINE

MPF discute situação das comunidades atingidas pela barragem de Acauã

<https://paraibaonline.com.br/2019/04/mpf-discute-situacao-das-comunidades-atingidas-pela-barragem-de-acaua/>

MPPB sedia reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre feminicídio

<https://paraibaonline.com.br/2019/04/mppb-sedia-reuniao-do-grupo-de-trabalho-interinstitucional-sobre-feminicidio/>

• NOTÍCIA EXTRA.COM

Defensor impetra HC para garantir que preso use vestes próprias diante do júri

<https://www.noticiaextra.com/as-extras/defensor-impetra-hc-para-garantir-que-presos-use-vestes-proprias-diante-do-juri>

• WSCOM

MPF e governo da PB discutem situação das comunidades atingidas pela barragem de Acauã

<https://www.wscom.com.br/noticia/mpf-e-governo-da-pb-discutem-situacao-das-comunidades-atingidas-pela-barragem-de-acaua/>

• MAIS PB

Agricultores do MST receberão auxílio

<http://www.maispb.com.br/363059/agricultores-do-mst-receberao-auxilio-da-prefeitura.html>

• ANADEP

PB: DPE orienta ações emergenciais no atendimento às famílias do Muçumagro

<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=40504>

• FAROL CORPORATIVO

Órgãos se reúnem em defesa dos direitos das pessoas com TEA

<http://farolcorporativo.com.br/portal/orgaos-se-reunem-em-defesa-dos-direitos-das-pessoas-com-tea/>

• PARAÍBA ONLINE

Órgãos se reúnem em defesa dos direitos das pessoas com TEA na Paraíba

<https://paraibaonline.com.br/2019/04/orgaos-se-reunem-em-defesa-dos-direitos-das-pessoas-com-tea-na-paraiba/>

• MAIS PB

ALPB cria comissão para consenso na contratação

<https://www.maispb.com.br/363536/alpb-cria-comissao-para-consenso-na-contratacao-de-advogados-por-municipios.html>

• PB AGORA

Famílias só saem de acampamento quando PMJP providenciar moradias

<https://www2.pbhora.com.br/noticia/politica/20190403072750/familias-so-saem-de-acampamento-quando-pmjp-providenciar-moradias>

• JORNAL DA PARAÍBA

Paraíba registra 259 crianças e adolescentes desaparecidos em dois anos

http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/paraiba-registra-259-criancas-e-adolescentes-desaparecidos-em-dois-anos.html

• BLOG DO EDIL FRANCIS

Famílias só saem de acampamento quando PMJP providenciar moradias

<https://edilfrancis.com.br/familias-so-saem-de-acampamento-quando-pmjp-providenciar-moradias/>

• CABULOSO PB

Famílias só saem de acampamento quando PMJP providenciar moradias

<https://www.cabulosopb.com.br/2019/04/familias-so-saem-de-acampamento-quando.html?m=1>

• MAIS PB

Defensoria faz atendimento itinerante

<http://www.maispb.com.br/364808/defensoria-faz-atendimento-itinerante.html>

• PARAÍBA.COM

Defensoria faz atendimento itinerante no Renascer III nesta segunda

<http://www.paraiba.com.br/2019/04/08/16326-defensoria-faz-atendimento-itinerante-no-renascer-iii-nesta-segunda>

• PARAÍBA ONLINE

MP discute gratuidade no transporte público a pessoas com deficiência na Paraíba

<https://paraibaonline.com.br/2019/04/mp-discute-gratuidade-no-transporte-publico-a-pessoas-com-deficiencia-na-paraiba/>

• ESTADO PB

Defensoria faz atendimento itinerante no Renascer III nesta segunda

<https://estadopb.com.br/defensoria-faz-atendimento-itinerante-no-renascer-iii-nesta-segunda/>

• CÂNDIDO NÓBREGA

Defensoria faz atendimento itinerante no Renascer III nesta segunda

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7483/2019/04/08/defensoria-faz-atendimento-itinerante-no-renascer-iii-nesta-segunda>

• BRASIL DE FATO

Questão do Porto do Capim é discutida em Audiência Pública na Assembléia Legislativa

<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/questao-do-porto-do-capim-e-discutida-em-audiencia-publica-na-assembleia-legislativa/>

• PARAÍBA.COM

DPE-PB conclui Capacitação de Instituições Receptoras e Cumpridores de Penas Alternativas nesta 6ª

<http://www.paraiba.com.br/2019/04/12/68263-dpe-pb-conclui-capitacao-de-instituicoes-receptoras-e-cumpridores-de-penas-alternativas-nesta-6>

• CÂNDIDO NÓBREGA

Defensoria Pública dará assistência jurídica à comunidade residente no Porto do Capim neste sábado

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7508/2019/04/12/defensoria-publica-dara-assistencia-juridica-a-comunidade-residente-no-porto-do-capim-neste-sabado>

06

12

08

• FAROL CORPORATIVO

Defensoria Pública dará assistência jurídica à comunidade residente no Porto do Capim neste sábado

<http://farolcorporativo.com.br/portal/defensoria-publica-dara-assistencia-juridica-comunidade-residente-no-porto-do-capim-neste-sabado/>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Defensoria Pública dará assistência jurídica à comunidade residente no Porto do Capim neste sábado

<http://experienciajuridica.com.br/defensoria-publica-dara-assistencia-juridica-comunidade-residente-no-porto-do-capim-neste-sabado/>

• PB EM DESTAQUE

Defensoria Pública dará assistência jurídica à comunidade residente no Porto do Capim neste sábado

<https://pbemdestaque.com.br/defensoria-publica-dara-assistencia-juridica-comunidade-residente-no-porto-do-capim-neste-sabado/>

• PB AGORA

Diretora do Iphaep diz que PMJP não tem licença para fazer Parque Sanhauá: “Soube do projeto pela mídia”

<http://www2.pbagora.com.br/noticia/politica/20190412074907/>

• MAIS PB

Pronomes de tratamento deixarão de ser obrigatórias

<https://www.maispb.com.br/367473/pronomes-de-tratamento-deixarao-de-ser-obrigatorias.html>

13

• PARAÍBA.COM

Defensoria Pública dará assistência jurídica à comunidade residente no Porto do Capim neste sábado

<http://www.paraiba.com.br/2019/04/13/11876-defensoria-publica-dara-assistencia-juridica-a-comunidade-residente-no-porto-do-capim-neste-sabado>

• TÁ NA ÁREA

Defensoria Pública dará assistência jurídica à comunidade residente no Porto do Capim neste sábado

<https://www.tanaarea.com.br/cotidiano/defensoria-publica-dara-assistencia-juridica-a-comunidade-residente-no-porto-do-capim-neste-sabado/>

• PB NEWS

Defensoria Pública dará assistência jurídica à comunidade residente no Porto do Capim neste sábado

<https://pbnews.com.br/cidades/2019/04/defensoria-publica-dara-assistencia-juridica-a-comunidade-residente-no-porto-do-capim-neste-sabado.html>

• ELTON SANTANA

Defensoria Pública dará assistência jurídica à comunidade residente no Porto do Capim neste sábado

<http://eltonsantana.com.br/2019/04/13/defensoria-publica-dara-assistencia-juridica-a-comunidade-residente-no-porto-do-capim-neste-sabado/>

• CÂNDIDO NÓBREGA

14 **DPE participa de reunião do Executivo com os Poderes para discutir orçamento**

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7511/2019/04/14/dpe-participa-de-reuniao-do-executivo-com-os-poderes-para-discutir-orcamento>

• PARAÍBA.COM

16 **Defensoria Pública do Estado reforma Sala de Atendimento no Presídio do Róger**

<http://www.paraiba.com.br/2019/04/16/04086-defensoria-publica-do-estado-reforma-sala-de-atendimento-no-presidio-do-roger>

• CÂNDIDO NÓBREGA

DPE reforma Sala de Atendimento no Presídio do Róger

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7515/2019/04/16/dpe-reforma-sala-de-atendimento-no-presidio-do-roger>

• PB AGORA

Polícia firma parceria para agilizar comunicações de prisões em flagrante

<https://www2.pbagora.com.br/noticia/policial/20190416111205/policia-firma-parceria-para-agilizar-comunicacoes-de-priso-es-em-flagrante>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

DPE reforma Sala de Atendimento no presídio do Róger

<http://experienciajuridica.com.br/dpe-reforma-sala-de-atendimento-no-presidio-do-roger/>

• PBNEWS

DPE reforma Sala de Atendimento no Presídio do Róger

<https://pbnews.com.br/cidades/2019/04/dpe-reforma-sala-de-atendimento-no-presidio-do-roger.html>

17

• ESTADO PB

Defensoria Pública do Estado reforma Sala de Atendimento no Presídio do Róger

<https://estadopb.com.br/defensoria-publica-do-estado-reforma-sala-de-atendimento-no-presidio-do-roger/>

• PARAÍBA ONLINE

Azevêdo sobre orçamento impositivo: Não concordamos do jeito que está

<https://paraibaonline.com.br/2019/04/azevedo-sobre-orcamento-impositivo-nao-concordamos-do-jeito-que-esta/>

• G1 PB

Veja o que abre e o que fecha no feriadão da Semana Santa 2019, em João Pessoa

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/04/17/veja-o-que-abre-e-o-que-fecha-no-feriado-da-semana-santa-2019-em-joao-pessoa.ghtml>

• FAROL CORPORATIVO

Em Cajazeiras: DPE E OAB emitem recomendação para proteger “caretas” e “caboclos” durante Semana Santa

<http://farolcorporativo.com.br/portal/em-cajazeiras-dpe-e-oab-emitem-recomendacao-para-protetger-caretas-e-caboclos-durante-semana-santa/>

• PB NEWS

Em Cajazeiras: DPE E OAB emitem recomendação para proteger “caretas” e “caboclos” durante Semana Santa

<http://pbnews.com.br/cidades/2019/04/em-cajazeiras-dpe-e-oab-emitem-recomendacao-para-protetger-caretas-e-caboclos-durante-semana-santa.html>

• EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Em Cajazeiras: DPE E OAB emitem recomendação para proteger “caretas” e “caboclos” durante Semana Santa

<http://experienciajuridica.com.br/em-cajazeiras-dpe-e-oab-emitem-recomendacao-para-protetger-caretas-e-caboclos-durante-semana-santa/>

• CÂNDIDO NÓBREGA

Em Cajazeiras: DPE E OAB emitem recomendação para proteger “caretas” e “caboclos” durante Semana Santa

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7517/2019/04/17/em-cajazeiras-dpe-e-oab-emitem-recomendacao-para-protetger-caretas-e-caboclos-durante-semana-santa>

18

• ESTADO PB

Em Cajazeiras: DPE E OAB emitem recomendação para proteger ‘caretas’ e ‘caboclos’ durante Semana Santa

<https://estadopb.com.br/em-cajazeiras-dpe-e-oab-emitem-recomendacao-para-protetger-caretas-e-caboclos-durante-semana-santa/>

• DIÁRIO DO SERTÃO

OAB Cajazeiras e Defensoria Pública assinam recomendação para disciplinar tradição da Semana Santa

<https://www.diariodosertao.com.br/noticias/cidades/397316/oab-cajazeiras-e-defensoria-publica-assinam-recomendacao-para-disciplinar-tradicao-da-semana-santa.html>

• ELTON SANTANA

Em Cajazeiras: DPE E OAB emitem recomendação para proteger ‘caretas’ e ‘caboclos’ durante Semana Santa

<http://eltontantana.com.br/2019/04/18/em-cajazeiras-dpe-e-oab-emitem-recomendacao-para-protetger-caretas-e-caboclos-durante-semana-santa/>

• TÁ NA ÁREA

Em Cajazeiras: DPE E OAB emitem recomendação para proteger ‘caretas’ e ‘caboclos’ durante Semana Santa

<https://www.tanaarea.com.br/entretenimento/em-cajazeiras-dpe-e-oab-emitem-recomendacao-para-protetger-caretas-e-caboclos-durante-semana-santa/>

• PARAÍBA.COM

Em Cajazeiras: DPE E OAB emitem recomendação para proteger ‘caretas’ e ‘caboclos’ durante Semana Santa

<http://www.paraiba.com.br/2019/04/18/20648-em-cajazeiras-dpe-e-oab-emitem-recomendacao-para-protetger-caretas-e-caboclos-durante-semana-santa>

Defensoria convoca a PMJP para garantir assistência às famílias desalojadas no Muçumagro

<http://pautapb.com.br/2019/03/28/defensoria-convoca-a-pmjp-para-garantir/>

23

• PB EM DESTAQUE

Defensoria Pública comemora 60 anos em maio e prepara programação especial

<http://pbemdestaque.com.br/defensoria-publica-comemora-60-anos-em-maio-e-prepara-programacao-especial/>

• PARAÍBA.COM

Defensoria Pública comemora 60 anos em maio e prepara programação especial

<http://www.paraiba.com.br/2019/04/23/27599-defensoria-publica-comemora-60-anos-em-maio-e-prepara-programacao-especial>

• CÂNDIDO NÓBREGA

Defensoria Pública comemora 60 anos em maio e prepara programação especial

<http://www.candidonobrega.com.br/artigo/7538/2019/04/23/defensoria-publica-comemora-60-anos-em-maio-e-prepara-programacao-especial>

• POLÊMICA PARAÍBA

Projeto de Lei do deputado João Henrique garante assistência jurídica gratuita aos policiais da Paraíba

<https://www.polemicaparaiba.com.br/politica/projeto-de-lei-do-deputado-joao-henrique-garante-assistencia-juridica-gratuita-aos-policiais-da-paraiba/>

• REPÓRTER PB

Projeto de Lei do deputado João Henrique garante assistência jurídica gratuita aos policiais da Paraíba

<https://www.reporterpb.com.br/noticia/paraiba/2019/04/24/projeto-de-lei-do-deputado-joao-henrique-garante-assistencia-juridica-gratuita-aos-policiais-da-paraiba/89735.html>

• CARIRI LIGADO

PL de João Henrique garante assistência jurídica gratuita aos policiais da Paraíba

<http://caririligado.com.br/pl-de-joao-henrique-garante-assistencia-juridica-gratuita-aos-policiais-da-paraiba/>

• PARAÍBA RÁDIO BLOG

Projeto de Lei garante assistência jurídica gratuita aos policiais da Paraíba

<http://www.paraibaradioblog.com/2019/04/24/projeto-de-lei-garante-assistencia-juridica-gratuita-aos-policiais-da-paraiba/>

• PARAÍBA.COM

DPE tem repasse do duodécimo integral pela primeira vez desde a sua autonomia

<http://www.paraiba.com.br/2019/04/25/73861-dpe-tem-repasse-do-duodecimo-integral-pela-primeira-vez-desde-a-sua-autonomia>

• ELTON SANTANA

DPE tem repasse do duodécimo integral pela primeira vez desde a sua autonomia

<http://eltonsantana.com.br/2019/04/25/dpe-tem-repasse-do-duodecimo-integral-pela-primeira-vez-desde-a-sua-autonomia/>

• PB EM DESTAQUE

DPE tem repasse do duodécimo integral pela primeira vez desde a sua autonomia

<https://pbemdestaque.com.br/dpe-tem-repasse-do-duodecimo-integral-pela-primeira-vez-desde-sua-autonomia/>

• BLOG PAUTA PB

Comemoração: em anos de autonomia, defensoria recebe pela 1ª vez repasse integral do duodécimo

<http://pautapb.com.br/2019/04/26/comemoracao-em-anos-de-autonomia-defensoria/>

• PB NEWS

DPE tem repasse do duodécimo integral pela primeira vez desde a sua autonomia

<http://pbnews.com.br/cidades/2019/04/dpe-tem-repasse-do-duodecimo-integral-pela-primeira-vez-desde-a-sua-autonomia.html>

• G1 PB

Veja o que abre e o que fecha neste feriado de 1º de maio, em João Pessoa

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/04/30/veja-o-que-abre-e-o-que-fecha-neste-feriado-de-1o-de-maio-em-joao-pessoa.ghtml>

26

30

TELEVISÃO

• TV MASTER - MASTER NEWS

Entrevista em estúdio sobre o Porto do Capim com a defensora pública Fernanda Peres

<http://www.paraiba.com.br/2019/04/13/11876-defensoria-publica-dara-assistencia-juridica-a-comunidade-residente-no-porto-do-capim-neste-sabado>



24

25

Paraíba discute implantação do programa Justiça Presente

Uma equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está na Paraíba apresentando o programa 'Justiça Presente'.

rrar de forma qualificada'. O secretário da Administração Penitenciária da Paraíba, Sérgio Fonseca, adiantou que há algum tempo o Governo do Estado já vem trabalhando com a meta de melhorar as questões no sistema penitenciário.

vestimentos ocorreram e vão ocorrer porque o interesse do Governo é servir a sociedade e logicamente ao reeducando e sua família', relatou. Hoje a Seap monitora cerca de 450 presos com tornozeira eletrônica e este contrato em vigência pode ser expandido para 2.000 tornozeiras distribuídas nas diversas Comarcas.

Devido a despopulação autorizada pela 4ª Vara Regional de OAB acompanha a situação das famílias. Durante as primeiras horas de despojo, a comissão foi acionada e, com isso, colaborou para o transporte para um local seguro.

Investimentos Durante a reunião, com a participação de 20 representantes de instituições, Sérgio Fonseca destacou alguns investimentos em andamento no sistema penitenciário da Paraíba.

O representante do CNJ destacou que 'esse programa visa a melhoria da execução penal no país inteiro, que vive em crise permanente com uma superpopulação carcerária e a ideia do ministro Dias Toffoli é distribuir a quantidade de pessoas reclusas, não simplesmente desencarcerar, mas encarce-

O desembargador João de Brito Pereira Filho, coordenador estadual do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, avalia que a reunião foi de grande importância e que 'tem um objetivo único: o de melhorar o sistema carcerário no país. É uma iniciativa do CNJ de muito valor e que o Estado da Paraíba resolveu abraçar desde o início. Já começamos com a implantação do SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, isto vai dar uma agilidade muito grande no cumprimento das penas. Agora estamos tratando do período final que é exatamente a situação do egresso quando ele sai do sistema penitenciário, para que tenha condições de conseguir emprego'.

2 Caderno Paraíba - 08 Famílias desabrigadas são transferidas para ginásio

Prefeitura de João Pessoa terá que fornecer alimentação e acompanhamento médico e psicológico para os moradores

As famílias que estão desabrigadas desde a última quinta-feira (28) no bairro de Muçumangá em João Pessoa, começaram ontem a ser transferidas do acampamento improvisado onde ficaram alojadas no fim de semana para o ginásio do CPDM (Centro Profissionalizante Deputado Antonio Cabral), no Valentina.



Moradores ficaram desabrigados na última quinta-feira, quando uma decisão da Justiça ordenou a reintegração de posse no terreno que eles ocupavam

desabrigados. A Prefeitura de João Pessoa se comprometeu a levar uma equipe para fazer o acompanhamento psicológico e médico imprevisto nas famílias. Além disso, até sexta-feira começará a ser fornecida 200 quantalhas no local. A gestão municipal se comprometeu, ainda, a dis-

arrecadar alimentos, roupas e outros itens essenciais logo após o despejo das famílias e está acompanhando o caso para garantir a assistência adequada a elas. Os desabrigados também estão recebendo suporte de algumas pastorais com doações de comida, casas de banho e outras. 'As famílias se encontram em um terreno onde fica a obra de uma praça de 200 metros do local de onde foram despejados. Na sexta-feira (29) o procurador federal dos Direitos do Cidadão, José Godói, determinou que a prefeitura fornecesse três refeições diárias e levasse mais tendas e banheiros químicos e disponibilizasse uma equipe de saúde', acrescentou o procurador.

3 Caderno Paraíba - 05 Desabrigados decidem ficar em acampamento improvisado

Maioria das famílias despejadas de terreno em Muçumangá não aceitou ser transferida para ginásio no Valentina

Jose Alves

ilvka.cavalcante

Cerca de 200 pessoas desabrigadas permaneceram alojadas em um acampamento improvisado no bairro do Valentina Figueredo, em João Pessoa. Elas fazem parte das 758 famílias despejadas há mais de uma semana de um terreno no bairro Muçumangá, em cumprimento de uma ordem judicial de reintegração de posse.



Cerca de 200 pessoas estão em tendas montadas no Valentina Figueredo e dizem que só saíram de lá quando a Prefeitura providenciou moradia para todos

Meu morador em péssimas condições, os despejados afirmaram ontem que só saíram de lá se a Prefeitura Municipal de João Pessoa providenciar moradia para todos. 'A gente não quer só comida, a gente quer casa para morar', entusiasmou a líder das famílias desabrigadas do Muçumangá, Cristiane Lourenço da Silva. Ela desistiu da resistência, alegando que querem receber uma moradia digna. 'No ginásio do colégio não são poderíamos levar nossos animais de estimação. Nós também iríamos sofrer muito preconceito. Semes todos de João Pessoa e há oito meses a gente morava no bairro Muçumangá, onde já haviam sido construídas cerca de 90 casas de aluguel', disse Cristiane Silva. Ela complementou enfatizando que as pessoas que estão no acampamento improvisado são agricultores, trabalham como catadores de lixo ou feitores de blocos nas ruas.

esperar; se lá tinham alimentos e equipe disponível', explicou a defensora pública Raissa Palmit, que participou apenas nesta terça-feira, mas durante a reunião a gente viu que, como era uma medida de emergência devido ao estado das crianças, dos idosos, das pessoas acometidas de enfermidade, não haveria por que

reintegrar a posse no terreno que eles ocupavam. A Prefeitura de João Pessoa se comprometeu a levar uma equipe para fazer o acompanhamento psicológico e médico imprevisto nas famílias. Além disso, até sexta-feira começará a ser fornecida 200 quantalhas no local. A gestão municipal se comprometeu, ainda, a dis-

Antes disso, Raissa entendeu que a situação das famílias que constam de crianças e idosos, é prevista nas tendas, principalmente por conta das crianças que ocorrem em João Pessoa nos últimos dias. 'Mesmo não tendo alimentos que eles da manhã foi para uma equipe

de médicos e assistentes sociais da Prefeitura realizar um atendimento individualizado. No período da tarde outra equipe da Secretaria de Habitação do município foi para fazer o cadastramento e ter o perfil dessas famílias para incluí-las em programas de habitação social. Toda a prestação de assistência está sendo devidamente monitorada', disse.

Além disso, Raissa entendeu que a situação das famílias que constam de crianças e idosos, é prevista nas tendas, principalmente por conta das crianças que ocorrem em João Pessoa nos últimos dias. 'Mesmo não tendo alimentos que eles da manhã foi para uma equipe

de médicos e assistentes sociais da Prefeitura realizar um atendimento individualizado. No período da tarde outra equipe da Secretaria de Habitação do município foi para fazer o cadastramento e ter o perfil dessas famílias para incluí-las em programas de habitação social. Toda a prestação de assistência está sendo devidamente monitorada', disse.

Além disso, Raissa entendeu que a situação das famílias que constam de crianças e idosos, é prevista nas tendas, principalmente por conta das crianças que ocorrem em João Pessoa nos últimos dias. 'Mesmo não tendo alimentos que eles da manhã foi para uma equipe

de médicos e assistentes sociais da Prefeitura realizar um atendimento individualizado. No período da tarde outra equipe da Secretaria de Habitação do município foi para fazer o cadastramento e ter o perfil dessas famílias para incluí-las em programas de habitação social. Toda a prestação de assistência está sendo devidamente monitorada', disse.

Além disso, Raissa entendeu que a situação das famílias que constam de crianças e idosos, é prevista nas tendas, principalmente por conta das crianças que ocorrem em João Pessoa nos últimos dias. 'Mesmo não tendo alimentos que eles da manhã foi para uma equipe

de médicos e assistentes sociais da Prefeitura realizar um atendimento individualizado. No período da tarde outra equipe da Secretaria de Habitação do município foi para fazer o cadastramento e ter o perfil dessas famílias para incluí-las em programas de habitação social. Toda a prestação de assistência está sendo devidamente monitorada', disse.

Além disso, Raissa entendeu que a situação das famílias que constam de crianças e idosos, é prevista nas tendas, principalmente por conta das crianças que ocorrem em João Pessoa nos últimos dias. 'Mesmo não tendo alimentos que eles da manhã foi para uma equipe

Nove prefeituras na pauta

Nove prestações de contas de prefeituras municipais estão na pauta de julgamento do Tribunal de Contas do Estado para a sessão ordinária de hoje. Serão apreciadas as contas de Bananeiras, Aparecida, Santa Helena e Cruz do Espírito Santo, relativas ao exercício de 2017. Campina Grande, São Bentinho e Jupiranga de 2016, e Teixeira e Pocinhos referentes a 2015. Ainda as contas

de 2017 da Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba. Volta à pauta, remanescente da sessão anterior, recurso de revisão interposto pelo ex-prefeito municipal de Manairá (José Simão de Sousa), face o processo 05264/13, e de reconsideração, apresentado pelo ex-prefeito municipal de Belém, Edgard Gama, contra decisão consubstanciada no acórdão APL-TC-00817/18.

Também Inspeção Especial nas contas da Câmara Municipal de Aguiar para apurar acumulação indevida de cargos públicos e denúncia contra a ex-defensora pública geral do Estado, Maria Madalena Abrantes Silva. O Pleno do TCE-PB reúne-se, ordinariamente, às quartas-feiras, a partir das 9h, no Plenário João Agripino Filho, com acesso do público.

Pesar A Defensora Pública da Paraíba está de luto.

Faleceu, ontem, o Defensor Bergson Marques — um profissional comprometido com a causa da instituição que é levar o Direito aos pobres na forma da Lei. Gente muito boa que deixa saudades.

Faleceu, ontem, o Defensor Bergson Marques — um profissional comprometido com a causa da instituição que é levar o Direito aos pobres na forma da Lei. Gente muito boa que deixa saudades.

Rádio Tabajara

Campanha sobre o espectro autista é destaque no programa Fala Paraíba

Juliana Cavalcanti
Especial para A União

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Paraíba (OAB-PB) lançou uma campanha tratando sobre os cuidados e as características do espectro do autismo. O advogado e coordenador da Comissão de Estudos e Defesa dos Direitos dos Autistas, Paulo da Luz, esclareceu, em entrevista ao programa Fala Paraíba da Rádio Tabajara FM, que esta comissão busca trazer informações à população e colaborar com as autoridades direta ou indiretamente envolvidas com o Poder Judiciário como o Ministério Público e a Defensoria do Estado. O objetivo é informar a sociedade através de estudos, análises e reivindicações, pedindo providências e cobrança a execução de leis de proteção aos autistas.

No dia 12 de março de 2018, por uma proposta da OAB-PB junto ao presidente Paulo Maia, decidimos sugerir uma criação de uma comissão temática, uma comissão especial que é a comissão de estudos e defesa dos direitos dos autistas. O trabalho dela colabora com a conscientização de todos e é uma campanha única no Brasil pois nenhuma outra entidade de classe fez algo do tipo", explicou.

Paulo da Luz descreveu que a campanha se traduz através de um questionário online, respondido apenas por advogados da OAB-PB para obter uma estimativa em números concretos dentro da categoria sobre os casos de autismo na família ou dele próprio, se eles estão tendo tratamento, se são submetidos a alguma terapia, se estudam, se sofrem ou já sofreram preconceitos e outras questões objetivas.

Na última terça-feira (2), Dia Internacional de Consenso sobre o Autismo, uma audiência pública foi realizada na Assembleia Legislativa da Paraíba tratando

do tema e a campanha foi divulgada. Foi novamente cobrado dos deputados do Estado, que haja maior regulamentação de políticas sociais voltadas ao espectro autista.

"A intenção dessa campanha é a OAB dar exemplo e mostrar que apesar de previsão legal que pede uma pesquisa sobre a existência de pessoas autistas ainda deve existir uma cobrança de regulamentação. A OAB busca colaborar, firmar convênios e prestar assistência às famílias e a própria pessoa autista. É nosso papel enquanto advogados e com o nosso compromisso social provocar as autoridades para que isso aconteça com efetividade", concluiu o advogado.

Herválio Bezerra
O deputado estadual Herválio Bezerra (PSB) comentou em entrevista ao Programa Fala Paraíba sobre a recente nomeação ao cargo de secretário da pasta de Juventude, Esporte e Lazer,

publicada no Diário Oficial do Estado pelo governador João Azevêdo (PSB) na última terça-feira (2). O atual secretário explicou que após a decisão de assumir a secretaria já possui algumas prioridades como a valorização e fortalecimento da história do esporte paraibano, em especial o amador.

"Gestos se retribuem com gestos. Fui suplente e por dois mandatos tive a solidariedade do então titular deputado Lindolfo Pires, como também de Adriano Galvão e Buba Germano, para que eu permanecesse esses quatro anos. Eu tinha um compromisso moral com Lindolfo além do convite do governador João Azevêdo. Na condição de secretário, meu time é a Paraíba", esclareceu.

Herválio Bezerra declarou estar entusiasmado com a mudança e acrescentou ainda que como praticante e amante do esporte, terá a missão de buscar mais recursos federais para os atletas paraibanos.

Famílias do Muçumago terão nova reunião com Prefeitura

Desabrigados que estão em um acampamento improvisado aguardam uma solução para a falta de moradia

Sara Gomes

Há dez dias, cerca de 200 pessoas desabrigadas estão em um acampamento improvisado no bairro Muçumago, em João Pessoa. As famílias não receberam transferência para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) por risco de perder a assistência dos serviços da Prefeitura de João Pessoa. A próxima reunião acontecerá na próxima segunda-feira (8), às 10h, na sede do Ministério Público Federal (MPF), com o objetivo de apresentar a prestação de contas dos compromissos firmados pela Prefeitura Mu-

çumago, em João Pessoa. As famílias não receberam transferência para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) por risco de perder a assistência dos serviços da Prefeitura de João Pessoa. A próxima reunião acontecerá na próxima segunda-feira (8), às 10h, na sede do Ministério Público Federal (MPF), com o objetivo de apresentar a prestação de contas dos compromissos firmados pela Prefeitura Mu-

çumago, em João Pessoa. As famílias não receberam transferência para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) por risco de perder a assistência dos serviços da Prefeitura de João Pessoa. A próxima reunião acontecerá na próxima segunda-feira (8), às 10h, na sede do Ministério Público Federal (MPF), com o objetivo de apresentar a prestação de contas dos compromissos firmados pela Prefeitura Mu-

çumago, em João Pessoa. As famílias não receberam transferência para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) por risco de perder a assistência dos serviços da Prefeitura de João Pessoa. A próxima reunião acontecerá na próxima segunda-feira (8), às 10h, na sede do Ministério Público Federal (MPF), com o objetivo de apresentar a prestação de contas dos compromissos firmados pela Prefeitura Mu-

çumago, em João Pessoa. As famílias não receberam transferência para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) por risco de perder a assistência dos serviços da Prefeitura de João Pessoa. A próxima reunião acontecerá na próxima segunda-feira (8), às 10h, na sede do Ministério Público Federal (MPF), com o objetivo de apresentar a prestação de contas dos compromissos firmados pela Prefeitura Mu-

çumago, em João Pessoa. As famílias não receberam transferência para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) por risco de perder a assistência dos serviços da Prefeitura de João Pessoa. A próxima reunião acontecerá na próxima segunda-feira (8), às 10h, na sede do Ministério Público Federal (MPF), com o objetivo de apresentar a prestação de contas dos compromissos firmados pela Prefeitura Mu-

Cejusc será inaugurado amanhã em Campina

Será inaugurado amanhã o Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusuc) das Varas Fazendárias de Campina Grande, segunda maior Comarca do Estado. A solenidade terá início às 15h, no andar térreo do Centro Jurídico Ronaldo Cunha Lima, localizado na Rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, nº 450, no Bairro Estação Velha. Além da equipe técnica e de coordenadores, o Centro terá 40 estagiários conciliadores dos cursos de Direito e Administração.

Segundo a coordenadora dos Cejusucs da região de Campina Grande, juíza Ivna Mozart Bezerra Soares, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos Fazendário tem o propósito de desafogar as Varas da Fazenda - unidades de maior volume processual - além de

atender à política judiciária nacional no tratamento adequado de conflitos, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
"Vamos garantir, especialmente, dignidade e respeito à cidadania de milhares de pessoas que dependem da análise e resolução de conflitos com o município e o Estado", comentou a magistrada.

A concretização do Cejusuc Fazendário de Campina foi viabilizada pelo convênio firmado entre o Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), as Procuradorias-Gerais do Estado e do Município de Campina Grande, Defensoria Pública do Estado e Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos (Cesrei).

CEJUSUC. NOVA UNIDADE JUDICIÁRIA SERÁ INAUGURADA, QUINTA-FEIRA, EM CAMPINA GRANDE

Centro vai conciliar ações fazendárias

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusuc) das Varas Fazendárias de Campina Grande, segunda maior comarca do Estado, será inaugurado, na quinta-feira, no andar térreo do Centro Jurídico Ronaldo Cunha Lima, do Cesrei, localizado na Rua Antônio Carvalho de Sousa, nº 450, no Bairro Estação Velha. A solenidade ocorrerá às 15h.



Parceria. O Cejusuc Fazendário funcionará no Centro Jurídico da Universidade Cesrei, em Campina

A concretização do Cejusuc Fazendário de Campina foi viabilizada em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), as procuradorias-gerais do Estado e do Município de Campina Grande, Defensoria Pública e Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos (Cesrei).

Segundo a coordenadora do Cejusuc da região de Campina Grande, juíza Ivna Mozart Be-

zerra Soares, a nova unidade judiciária deve desafogar as Varas da Fazenda - área de maior volume processual -, além de atender à política judiciária nacional no tratamento adequado de conflitos, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
"Vamos garantir, especial-

mente, dignidade e respeito à cidadania de milhares de pessoas que dependem da análise e resolução de conflitos com o Município e o Estado", disse a magistrada.

Também vão trabalhar, no Cejusuc Fazendário, o professor Rodrigo Reul (coordenador de Estágios da Cesrei e coord-

nador Acadêmico do Cejusuc); Jânio Chaves (técnico judiciário da Coordenadoria do Cejusuc); Ana Raquel Pereira (técnica acadêmica do Cesrei); e Ana Lorena Guimarães (técnica acadêmica do Cesrei), além de 40 estagiários conciliadores dos cursos de Direito e Administração.

PRESIDENTES DE SUBSEÇÕES

Colégio divulga carta de JP

O Colégio de Presidentes de Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB-PB) divulgou, na sexta-feira, a Carta de João Pessoa. Reunidos na Capital paraibana, os dirigentes da Instituição debateram diversos temas de interesse da advocacia e sociedade paraibana.

Entre os temas debatidos,

destacam-se: o parcelamento de pagamento das custas na justiça estadual da Paraíba; concessão da gratuidade judiciária; respeito do Executivo ao orçamento do Poder Judiciário; nomeação de defensores públicos para o Estado; concurso para procuradorias municipais.

Na Carta, o Colégio também repudiou os atos de violência

doméstica contra a mulher e violência contra pessoas de orientação homossexual e transexual, exigindo do Estado que cumpra o dever de oferecer segurança pública para todos e reafirmar os direitos humanos como patamares civilizatórios mínimos para todos os cidadãos brasileiros, inclusive, os agentes de segurança.

Os diretores ainda se comprometeram a cumprir o Provedimento 185/2018 do CFOAB, colaborando para a transparência, eficiência e economicidade nas práticas da AOB, assim como aumentar a arrecadação em favor da Ordem; e cumprir a Resolução 16/2010 da OAB para que se organize a forma de encaminhamento e acompanhamento dos feitos de interesse da OAB junto ao Conselho da Justiça, Conselho do Ministério Público e Conselho da Justiça Federal.



Planejamento. O encontro foi realizado na última sexta-feira, dia 5, no Holanda's Prime

GESTÃO
> O Colégio também teve como objetivo promover o aperfeiçoamento do modelo de gestão do sistema OAB, com troca de experiências e integração dos dirigentes da Instituição. A carta pode ser conferida na íntegra no site da Instituição (WWW.oabpb.org.br)

Coluna Abelardo Jurema - C8

Sétimo dia

Será amanhã dia 11, às 17h, na Igreja de São Pedro Pescador, a realização da Missa de Sétimo Dia de falecimento da sra. Lourdes Sales, mãe do advogado e defensor público Alberto Jorge Sales que, ao lado de sua esposa Patrícia, estão convidando os amigos para participar deste ato de fé cristã.

12

• JORNAL A UNIÃO

Caderno Geral - 03

Prefeitura não tem licença ambiental para fazer parque

Direção do Ipharp diz que gestão municipal não fez nenhuma comunicação prévia sobre obra no Porto do Capim

Iluska Cavalcante

A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) não tem licenciamento ambiental para construir o Parque Ecológico Sambaíba de acordo com o diretor executivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep) Casanova Figueredo. Ela recebeu essa informação na tarde de ontem, durante uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), que discutiu a situação dos moradores da comunidade Porto do Capim.

A diretoria do Ipharp também acusou o governo municipal de não dialogar com o Instituto e desrespeitar a comunidade como um patrimônio de João Pessoa. "Não houve nenhum diálogo. O Ipharp só soube deste projeto por meio da mídia. A Prefeitura não reconhece a comunidade Porto do Capim como principal patrimônio histórico de nossa cidade. É por isso que hoje a gente tem que lutar para garantir que tenhamos o direito de sermos ouvidos", disse.



Audiência pública para discutir a situação dos moradores do Porto do Capim ocorreu no plenário da ALPB

A audiência pública, proposta pela deputada estadual Cida Ramos (PSB), contou com a presença de vereadores da capital, representantes de movimentos sociais, Defensoria Pública do Estado da Paraíba, Ministério Público Federal, Governo do Estado e do Instituto dos Arqueólogos do Brasil na Paraíba. Todos se apoiou a causa da comunidade Porto do Capim. A Prefeitura de João Pessoa não

enviou representantes. O procurador regional Cida Ramos (PSB), contou com a presença de vereadores da capital, representantes de movimentos sociais, Defensoria Pública do Estado da Paraíba, Ministério Público Federal, Governo do Estado e do Instituto dos Arqueólogos do Brasil na Paraíba. Todos se apoiou a causa da comunidade Porto do Capim. A Prefeitura de João Pessoa não

garantir o direito de voto", disse ela e representantes da comunidade.

Porto do Capim
Parte da comunidade esteve presente na audiência. Dona de casa, crioula, idosos, muitos com placas feitas de papelão dizendo: "Respeitem nossos ritos", "somos patrimônio" e "bom tradicional". Desde o último dia 19 de março, mais de 100 famílias

receberam uma notificação da Prefeitura de João Pessoa para saírem de suas casas no prazo de 48h. Uma das justificativas da ordem de despejo era que o local se tratava de uma Área de Preservação Permanente (APP). A presidente da Associação de Mulheres da Comunidade Porto do Capim, Rosana Holanda, ressaltou a relação de respeito entre os moradores e o meio ambiente. "Se estamos com as mãos nos pés, é porque a gente está sendo enganado, se estamos com a água na cintura é porque a gente está se banhando no rio, e não é por conta de tragédia ambiental, não. Porque a gente tem uma relação de respeito do nosso território. Então o mangue faz parte da nossa vida, a maré faz parte da nossa vida. Enxovalada, a líder comunitária enfatizou que os moradores do Porto do Capim não resistirão ao silêncio. "Barragem, por exemplo, incorpora as pessoas nas mudanças de seus territórios. Não queremos nos esconder e passar um trator por cima da nossa história. Uma vez mais, não

disser: 'Minha filha, nossas raízes são tão profundas que não é qualquer vento que vai arrancá-las'."

Projeto de lei
A deputada Cida Ramos (PSB) apresentou, durante a audiência, o Projeto de Lei nº 319/2019, que institui uma comunidade Porto do Capim como patrimônio histórico, cultural e imaterial do Estado da Paraíba. "Dei entrada hoje na Casa, não vamos discutir o projeto e tramo certeza que iremos aprovar a lei", disse.

Ela ressaltou que o projeto de lei tem o objetivo de contribuir para a causa das famílias da comunidade. Cida também enfatizou que não é contra o projeto histórico proposto pela prefeitura, porém, acredita que as pessoas devem ser ouvidas e não descartadas. "Se não ouvirmos na perspectiva do modo inteiro, Barcoena, por exemplo, incorpora as pessoas nas mudanças de seus territórios. Não queremos nos esconder e passar um trator por cima da nossa história. Uma vez mais, não

Caderno Paraíba - 07

Conselho da Magistratura aprecia hoje 30 processos da pauta de julgamento

O Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça da Paraíba se reunirá hoje para apreciar 30 processos. Os trabalhos terão início às 9h, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno, no andar térreo do Anexo Administrativo "Desembargador Archanes Souto Maior". Na pauta, processos de Correição Extraordinária, Inspeção, Pedido de Providências e Recurso Administrativo. Os fatos têm

como relatores os desembargadores João Benedito da Silva, Leandro dos Santos e Maria das Graças Moraes Guedes.

Está prevista a análise da prestação de contas de entidades que receberam recursos, oriundos da prestação pecuniária, liberados pela Vara de Execução de Penas Alternativas da Capital. Os relatórios foram apresentados pelo Conselho Universitário Lauro

Wanderley, Defensoria Pública do Estado, Associação Beneficente Casa Caiada, Rede Feminina de Combate ao Câncer e o Conselho da Comunidade de João Pessoa. A desembargadora Maria das Graças é relatora dos três primeiros prestadores de contas e o desembargador Leandro dos Santos relata os dois últimos.

O magistrado analisará, também, o Relatório do Regi-

me de Jurisdição Conjunta da 1ª Circunscrição Judiciária, realizado no período de 7 a 31 de janeiro de 2019 nas seguintes unidades judiciárias: Vara de Execução Penal na Comarca da Capital; 2ª Vara Mista da Comarca de Bayeux; 10ª e 13ª Varas Cíveis da Comarca da Capital; 2ª Vara da Comarca de Sapé; 1ª Vara Mista da Comarca de Pombal e 3ª Vara Mista da Comarca de Patos.

13

• CORREIO DA PARAIBA

Opinião - Informe - A6

Aprovação. O Conselho da Magistratura do TJPB aprovou às prestações de contas do Hospital Universitário Lauro Wanderley, Defensoria Pública e Associação Beneficente Casa Caiada, relativos aos recursos da pena de prestação pecuniária.

14

• CORREIO DA PARAIBA

Cardeno Cidades - B4

MAIOR CONTROLE. PLATAFORMA VIRTUAL UNIFICA AS INFORMAÇÕES DO SISTEMA PRISIONAL

TJ conclui a inserção de dados sobre presos

Com um percentual de 100% dos processos digitalizados e cadastrados, e 50% implantados no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), chega ao fim a primeira fase de inserção dos dados de presos no sistema carcerário paraibano. A instalação da plataforma no Judiciário estadual teve início no dia 11 de março, com a previsão de término em 30 dias. Na tarde do dia 10, no Fórum Criminal da Capital, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, encerrou os trabalhos.



No Fórum Criminal, Magistrados destacaram situação do grupo de trabalho que atuou na inserção de dados

"Agradeço a todos o empenho que tiveram, a dedicação e o compromisso", falou o desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos aos 94 servidores que trabalharam na implantação de informações na plataforma virtual SEEU. O desembargador-presidente estendeu, também, os agradecimentos aos juizes do CNJ, Bárbara Nardy e Oswaldo Soares Neto, destacando, ainda, a participação do desembargador João, na coordenação dos trabalhos, do juiz Meales Melo, na questão tecnológica, e do magistrado Adilson Fabrício, no apoio logístico.

Segundo o juiz Carlos Neves, a plataforma SEEU possibilita o acesso a informações de processo, parte, movimentações e condenações; detalhamento do cálculo de pena, agendamento automático dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal, acompanha-

mento eletrônico dos prazos de progresso, oferecendo, em tempo real, o quadro das execuções penais em curso; pesquisa com indicadores gráficos para demonstrar a situação do sentenciado; produção de relatórios estatísticos, que podem fomentar a criação de políticas públicas.

O sistema informará ao juiz automaticamente, os benefícios que estão vencidos ou a vencer, facilitando a administração da execução das rotinas e fluxo de trabalho. Os promotores de justiça, defensores públicos, advogados, gestores prisionais e os demais atores que intervêm no processo de execução penal podem interagir com a nova ferramenta de trabalho e realizar o levantamento de todas as informações, numa única tela.

O diretor do Fórum Crimi-

nal, juiz Adilson Fabrício, falou sobre a logística montada para que os trabalhos fossem desempenhados a contento. "Reservamos um espaço, onde foram montados 50 computadores com seus respectivos scanners", disse.

Leitura reduz pena

Implantado em setembro de 2017, na Cadeia Pública da Comarca de Princesa Isabel, o Projeto de Remição da Pena pela Leitura já modificou a vida carcerária de 42 apenados que utilizam o serviço.

A medida permite ao reeducando a remição da pena por meio de oficina de leituras. A iniciativa partiu do Cartório da 1ª Vara Mista da cidade, que tem à frente o juiz Pedro Davi Alves de Vasconcelos.

"Ação tem trazido ótimos resultados, porque viabiliza a cultura entre os apenados,

provocando o interesse na leitura. Deve ser ressaltado, ainda, que tal hábito, por consequência, obriga o apenado a estudar para melhor compreender o que se está lendo. Tal medida trouxe sé benefícios aos reeducandos", ressaltou o juiz Pedro Davi.

Segundo o diretor da Cadeia Pública de Princesa Isabel, Decivaldo Soares de Melo, com a implantação do projeto, os reeducandos passaram a ocupar o tempo ocioso e, consequentemente, a cumprir a pena com mais tranquilidade.

CENTROS DE CONCILIAÇÃO

Campina ganha mais dois Cejuscs

A Comarca de Campina Grande ganhou mais dois Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), sendo um deles voltado para conciliação de litígios envolvendo a Fazenda Pública.

A inauguração dos Cejuscs VI (Fazendário) e VII ocorreu quinta-feira. O primeiro está situado na Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, nº 450, no Bairro Estação Velha, e já entrou em funcionamento. Já o Cejuscs VII foi instalado no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UEPB e iniciará os trabalhos ainda este mês.

Segundo a coordenadora dos Cejuscs da região de



Parcerias. Magistrados e professores na inauguração de Cejuscs

Campina, juíza Ivna Mozart, a cultura de paz, na Paraíba, vem sendo uma crescente. "Alcançamos sete Cejuscs na região abrangida por Campina", afirmou.

O diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemes) do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Leandro dos Santos, afirmou

que a expansão de Cejuscs pelo Estado – 32 em toda a Paraíba – demonstra o compromisso do Judiciário estadual com a Polícia Nacional da Conciliação, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no sentido de difundir outros mecanismos de solução de conflitos.

A concretização do Cejuscs VI foi viabilizada pelo convênio firmado entre o TJPB, as Procuradorias-Gerais do Estado e do Município de Campina, Defensoria Pública e Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos (Cesrei). O Cejuscs VII é fruto de uma parceria do TJPB com a UEPB.

Cardeno Economia - D1

Interpretação do juiz

A especialista em Relações Institucionais da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor - Proteste, Juliana Moya, explicou que não há uma definição para danos morais, de modo que os processos dessa natureza dependem muito da interpretação do juiz.

Para evitar o desgaste de entrar com um processo desnecessário, correndo o risco até mesmo de ser acusado de litigância de má-fé, o conselho de Juliana Moya é sempre ten-

tar uma solução amigável com a empresa antes de qualquer coisa. Se o diálogo presencial não for possível, ou não resolver a questão, uma opção é registrar uma reclamação no site www.consumidor.gov.br, que atua como mediador entre empresas e consumidores.

Se a situação também não puder ser resolvida dessa forma, o consumidor deve procurar um serviço de proteção ao consumidor, como o Procon mais próximo, ou mesmo a de-

fensoria pública da sua cidade.

Nesses órgãos, o consumidor será orientado e poderá saber se o motivo é suficiente para a abertura de processo ou não. No caso do Procon, a entidade ainda pode aplicar penalidade, com base no Código de Defesa do Consumidor, independentemente de haver processo judicial. "Às vezes o caso não é de processo, mas o Procon pode aplicar uma multa, dependendo da situação", disse Juliana Moya.



Conciliação. Órgãos de defesa do consumidor procuram resolver os conflitos para evitar ações

17

• JORNAL A UNIÃO

Caderno Paraíba - 06

Parceria agiliza comunicação de prisões em flagrante na PB

Polícia Civil e Defensoria Pública da Paraíba se reúnem para discutir a implantação do Malote Digital

Representantes da Defensoria Pública do Estado e da Polícia Civil da Paraíba participaram de uma reunião, na segunda-feira (15), para discutir a implantação de um procedimento para facilitar a comunicação das prisões em flagrante. A reunião ocorreu na sede da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, em João Pessoa, e teve a presença do delegado geral da Polícia Civil da Paraíba, Isaias Gualberto; da delegada adjunta da PC, Cassandra Duarte; além da delegada Roberta Neiva, superintendente da primeira região de Polícia Civil.

A reunião teve o objetivo de implantar o Malote Digital da Defensoria Pública da Paraíba. O procedimento vai facilitar e agilizar o envio dos autos de prisão em flagrante aos defensores públicos. Antes, esses documentos eram enviados por meio físico, ou seja, a delegacia imprimia os papéis e um servidor

protocolava o documento no Rôrum da região. Isso demandava tempo e dinheiro. Agora, com a implantação do Malote Digital, os termos da prisão em flagrante poderão ser enviados aos defensores públicos de forma online. Os documentos serão digitalizados e enviados à Defensoria Pública por meio da internet. A previsão é que o novo procedimento seja implantado na Região Metropolitana de João Pessoa a partir do próximo mês.



Reunião foi realizada ontem na sede da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, em João Pessoa

PM detém homem por assaltos na Zona Sul

A Polícia Militar prendeu, na segunda-feira (15), um suspeito de realizar diversos crimes patrimoniais na zona sul de João Pessoa. Com ele, os policiais do 1º Batalhão apreenderam uma réplica de arma e fogo, usada para intimidar as vítimas, e recuperaram uma aparelho celular. Em sua última apreensão pela manhã, o suspeito roubou um mercadinho em Mangabeira VIII, a 6ª ma região, e durante a fuga o criminoso abandonou motocicleta utilizada e assalto. "O tanto, esse mesmo suspeito foi à Delegacia Distrital da região tentar prestar queixa de um ru-

20

• CORREIO DA PARAIBA

Coluna Gerardo - C2

Luto

A Defensoria Pública perdeu um de seus líderes, na última quinta-feira. Faleceu **Jaime Carneiro** — ex-Defensor Geral.

21

• CORREIO DA PARAIBA

Cardeno Cidades - B4

PARCERIA. TIJTB E DEFENSORIA PÚBLICA ATUAM JUNTOS PARA CONSENSO EM AÇÕES

Cejusc dá agilidade a processos de divórcio

Um casal separado de fato, sem vida em comum, decide pedir o divórcio. O processo pode ser simples e rápido, desde que não haja questões mais complexas, envolvendo guarda de filho, violência, necessidade de pareceres de psicólogos e assistentes sociais.

Para garantir essa agilidade, os dois podem se dirigir à Defensoria Pública do Estado, registrar os motivos e a vontade de realizar o divórcio, bem como se há partilha de bens resolvidos e pensões desnecessárias, e homologar um acordo, imediatamente, de forma pré-processual.

Este procedimento é possível por causa de um convênio entre o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Defensoria Pública, que busca agilizar a tramitação dos processos por meio da conciliação e da mediação.

No dia 16, o diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJPB, desembargador Leandro dos Santos, fez a entrega de 31 sentenças homologatórias, que já servem como Mandado de Averbção de Divórcio.



Cejusc de Família. Nupemec e Defensoria entregaram as sentenças homologatórias a divorciados

Juíza explica rapidez em homologação

A coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Família da Capital, Juíza Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas, explicou que, com as sentenças homologatórias, as partes podem se dirigir ao cartório, onde realizaram o casamento, para averbar o divórcio. "Se não casaram aqui, devem ir ao Cartório Azevedo Bastos, onde será registrada a sentença e encaminhada a documentação para a realização do divórcio no cartório

de origem", informou a juíza. O defensor público-geral, Ricardo José Costa Souza Barros, revelou que o convênio funciona, atualmente, em parceria com as Varas de Família, mas será expandido para outras áreas do Direito.

"A Defensoria pode fazer toda a parte inicial junto às partes, como a audiência de conciliação, mediação, reduzir o termo para homologação, evitando, assim, mais um processo judicial", argumentou Ricardo Barros declarando,

inclusive, que o Núcleo de Conciliação da Defensoria funciona com equipe técnica especializada para os métodos consensuais de solução de conflitos, onde são encaminhados os acordos e encaminhados para a Justiça/Cejusc para homologação, que será feita caso preenchidas todas as exigências. "A Conciliação possui três defensores. Quando há necessidade de judicializar, cada Vara de Família tem seu defensor titular respondendo pela unidade", disse.

Cardeno Cidades - B4

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS

Vara busca reintegrar crianças

A 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital iniciou, no dia 9, o ciclo de audiências concentradas nas Casas de Acolhimento, para efetivar as providências levantadas em estudo realizado pela equipe interprofissional da unidade. Quase 100 acolhidos terão suas situações encaminhadas pela Rede de Proteção, composta, também, pelo Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social do Município de João Pessoa e a própria família. Em três audiências, foram discutidos os casos de 40 acolhidos e as audiências seguem até o final deste mês.

"As audiências estão transcorrendo normalmente, buscando a reintegração das famílias naturais ou colocação em família substituta, ou ainda, trabalhar a autonomia e o protagonismo dos jovens que não querem ser adotados", afirmou

o juiz Adhailton Lacet Porto, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude.

O acolhimento constitui uma medida de proteção para os casos em que há violação dos direitos da criança e/ou do adolescente e se avalia a necessidade de afastamento da família. Tem caráter temporário e excepcional.

Com todos os atores em mesa, o juiz, a Promotoria e a Defensoria Pública definem as providências a serem tomadas nos casos ali apresentados. Nesta semana, por exemplo, ocorreu uma reintegração de uma criança a sua genitora. "Já vinha sendo realizado um trabalho de fortalecimento dos vínculos familiares, que foi finalizado positivamente", explicou a analista judiciária assistente social da 1ª Vara, Itatyanne Cavalcanti.

De acordo com a analista, há suporte da Secretaria de Assistência Social no acompanhamento, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). "Foi feita sugestão aos demais acolhidos de andamento da destituição do poder familiar para encaminhamento de uma adoção. Para outros haverá a continuação de um trabalho a par, posteriormente,



Nos abrigos. Audiência avalia situação de crianças acolhidas

tência Social no acompanhamento, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). "Foi feita sugestão aos demais acolhidos de andamento da destituição do poder familiar para encaminhamento de uma adoção. Para outros haverá a continuação de um trabalho a par, posteriormente,

reintegração familiar, além do trabalho de autonomia com os adolescentes acolhidos que estão prestes a completar maior idade", ressaltou Itatyanne Cavalcanti.

Entre as garantias para o acolhidos e familiares estão o acompanhamento psicoterápico, inclusão de benefício assistencial e suporte no acesso à educação.

• CORREIO DA PARAIBA

Coluna Gerardo - C2

60 anos

A Defensoria Pública da Paraíba vai completar, no próximo mês de maio, 60 anos de atuação em defesa das parcelas mais pobres e vulneráveis da população. E como essa marca pede — Jubileu de Diamante não se comemora todo dia — uma programação intensa de atividades foi elaborada.

Homenagens

Anda sobre o **Jubileu de Diamante** da Defensoria Pública da Paraíba, na próxima reunião do Conselho Superior da instituição — semana que vem — serão analisados nomes para receber a maior honraria da DP, a **Medalha Airton Cordeiro**.

UN Informe

Redação
uniagovpb@gmail.com

CIDADANIA

O presidente da Anoreg-PB, Germano Toscano de Brito (foto), destacou a importância do alcance social do projeto itinerante "Cidadania nos estabelecimentos penais", que prevê a retirada de documentos por apenados em presídios do Estado da Paraíba. O projeto, segundo tabelião, é desenvolvido pela Defensoria Pública da Paraíba, com o apoio da Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg-PB) e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado da Paraíba (Arpen-PB). O projeto visa facilitar a resolução de direitos de homens e mulheres que cumprem penas nos presídios da Paraíba e que não têm qualquer documento, principalmente a certidão de nascimento, que é obrigatória.



Foto: Divulgação

ZIGUE-ZAGUE

Na pauta de hoje do TCE, inspeção realizada na Secretaria de Saúde, gestão de Waldson Souza, atualmente secretário de Planejamento. Foco nas organizações sociais.

Germano Toscano de Brito elogiou o projeto "Cidadania nos estabelecimentos penais", da Defensoria Pública, que garante documentos a apenados e tem apoio da Anoreg-PB, que preside.

DOCUMENTOS

O presidente da AnorgBR, Germano Toscano, destacou o trabalho realizado pela Defensoria Pública da Paraíba em parceria com a Anoreg-PB e Arpen-PB dentro do projeto itinerante "Cidadania nos Estabelecimentos Penais", que prevê a retirada de documentos por apenados em presídios do Estado da Paraíba. O projeto visa facilitar a resolução de direitos de homens e mulheres de possuir suas documentações.

LDO indica R\$ 11,2 bi para 2020

O Orçamento da Paraíba para o próximo ano deve ser de R\$ 11,2 bilhões de acordo com as metas fiscais do Governo do Estado enviadas à Assembleia Legislativa (ALPB) dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). As tabelas mostram previsões de orçamentos também para os anos seguintes, sendo de R\$ 11,5 bilhões em 2021 e de R\$ 11,9 bilhões em 2022. A matéria deve ser apreciada pelos deputados estaduais até o mês de junho.

Na mensagem, o governador João Azevêdo (PSB) disse que as diretrizes orçamentárias para 2020 refletem o esforço do Governo Estadual em continuar mantendo a estabilidade fiscal, com uma gestão pública res-

ponsável e comprometida com o planejamento, a transparência e o equilíbrio das contas públicas, apesar da conjuntura econômica nacional.

Conforme a LDO, para 2020 a meta de Superávit Primário estabelecida prevê a manutenção do esforço fiscal no sentido de obter um desempenho satisfatório na arrecadação como requisito fundamental para elevar o nível de investimentos do setor público e manter

Após a LDO

Projeto da Lei Orçamentária (LOA) deve ser encaminhado à Assembleia até o dia 30 de setembro.

serviços de qualidade para a população.

As metas fixadas para o período de 2020 a 2022 tiveram como referência as expectativas em relação ao crescimento sustentável da economia do Estado, o incremento das receitas não financeiras, o controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual, bem como o compromisso com o programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal.

Fica estabelecido ainda que os Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limite para elaboração de suas propostas orçamentárias o total da despesa fixada na Lei

Orçamentária de 2019, mais as suas suplementações, vinculadas às fontes "100, 101, 110 e 112", acrescida do IPCA de julho de 2018 a junho de 2019, para os referidos Poderes e Órgãos.

A partir da aprovação da LDO na ALPB, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, até o dia 21 de agosto do corrente ano, encaminhará ao Poder Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à Defensoria Pública as informações relativas às estimativas das receitas para o exercício de 2020, inclusive a receita corrente líquida em observância ao art.12, §30, da LRF, com as suas respectivas memórias de cálculo. **LAG**

Justiça realiza série de audiências em Sousa

Com o propósito de avaliar a situação processual das crianças e adolescentes acolhidos na Instituição 'Casa Lar Crendendo Vides', a 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa realizou, quinta-feira (25), um conjunto de audiências concentradas. As sessões aconteceram em um espaço de tempo menor do que aquele determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é a cada três meses.

O acolhimento é uma das medidas de caráter excepcional de proteção usada sempre que houver violação dos direitos estabelecidos no Estatuto.

A respeito das audiências, o juiz titular da 7ª Vara Mista da Comarca de Sousa, Vinícius Silva Coelho, disse que o agendamento dos trabalhos deve ser feito a cada três meses. "Porém, estamos promovendo em

curto período, para agilizar a resolução das demandas de cada criança e adolescente acolhido, buscando evitar os efeitos deletérios do tempo, pois três meses na vida de uma criança significa muito", comentou o magistrado.

A assistente social e uma das profissionais da Equipe Interdisciplinar da 7ª Vara de Sousa, Viviane Rodrigues Ferreira, que participou das audiências, disse que os usuários da instituição devem passar menos tempo distantes de suas famílias ou serem inseridos em famílias substitutas, por meio de adoção, sempre que possível.

Também participaram da iniciativa, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social e Conselho Tutelar de Sousa.